



***MULHERES QUILOMBOLAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE
SOBRE O RACISMO INSTITUCIONAL***

***QUILOMBOLAS MUJERES Y POLÍTICA PÚBLICA: UN ANÁLISIS SOBRE EL
RACISMO INSTITUCIONAL***

***QUILOMBOLA WOMEN AND PUBLIC POLICIES: AN ANALYSIS
ABOUT INSTITUTIONAL RACISM***

*Patricia Krieger Grossi*¹

*Simone Barros de Oliveira*²

*Eliane Moreira de Almeida*³

*Ana Caroline dos Santos Ferreira*⁴

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar como ocorre o processo de efetivação das Políticas Públicas voltadas às mulheres quilombolas no Estado do Rio Grande do Sul, destacando o racismo institucional vivenciado por esse segmento. Foram entrevistadas mulheres e lideranças quilombolas do RS e as entrevistas foram analisadas com base na análise de discurso de Bardin. Nesse contexto, pode-se observar as formas de resistência pelas mulheres quilombolas, pois essas assumem um protagonismo na reivindicação de melhorias para suas comunidades e reinventam no seu cotidiano, estratégias de sobrevivência, mas também de mobilização política para pressionar gestores na busca de acesso aos seus direitos de cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Quilombolas. Políticas Públicas. Protagonismo. Racismo Institucional.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar cómo ocurre el proceso de implementación de políticas públicas dirigidas a las mujeres quilombolas en el estado de Rio Grande do

¹PhD em Serviço Social, U of Toronto, Canadá. Professora do curso de Serviço Social da PUCRS, Porto Alegre, RS, Brasil.

² Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta da UNIPAMPA, São Borja, RS, Brasil.

³Bacharela em Serviço Social. Mestranda em Serviço Social da PUCRS. Porto Alegre, RS, Brasil.

⁴ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará.

Sul, destacando el racismo institucional experimentado por este segmento. Se entrevistó a mujeres y líderes de quilombolas de RS y las entrevistas se analizaron según el análisis del discurso de Bardin. En este contexto, es posible observar las formas de resistencia de las mujeres quilombolas, ya que toman un papel de liderazgo al reclamar mejoras para sus comunidades y reinventarse en su vida diaria, estrategias de supervivencia, pero también movilización política para presionar a los gerentes a buscar acceso a sus derechos de ciudadanía

PALABRAS CLAVE: Quilombola Mujeres. Políticas públicas. Protagonismo. Racismo institucional.

ABSTRACT

This article aims to analyze how the process of implementation of public policies aimed at quilombola women in the state of Rio Grande do Sul occurs, highlighting the institutional racism experienced by this segment. Women and quilombola leaders from RS were interviewed and the interviews were analyzed based on Bardin's discourse analysis. In this context, it is possible to observe the forms of resistance by quilombola women, as they take a leading role in claiming improvements for their communities and reinvent in their daily life, survival strategies, but also political mobilization to pressure managers to seek access to your citizenship rights.

KEYWORDS: Quilombola Women. Public policy. Protagonism. Institutional Racism.

Introdução

No campo da proteção social, o racismo institucional se manifesta na dificuldade de acesso às políticas públicas, programas, projetos, ações e funciona como mecanismo estrutural que garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados como negros(as), indígenas, atuando no sentido de induzir e manter a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas; como uma estratégia para a produção e reprodução da hierarquia racial (WERNECK, 2013).

Desse modo, a violência da pobreza e falta de acesso aos direitos básicos de cidadania das comunidades quilombolas se torna visível por meio de impactos destrutivos do sistema que vão deixando marcas exteriores sobre esse segmento vulnerabilizado expressas na debilidade da saúde, na moradia precária e insalubre, na alimentação insuficiente, dentre outros elementos que, muitas vezes, acarretam a invisibilização da resistência desta população (YAZBEK, 1993). Em uma sociedade regida pela lógica do capital, a pobreza afeta de modo multidimensional a vida das comunidades quilombolas, em especial, das mulheres, jovens, crianças e idosos, ampliando processos de violação de direitos em diversos níveis, catalisando um

processo de violência estrutural, mediatizado por relações de opressão por gênero, raça, etnia e classe social.

O racismo, o patriarcado e o capitalismo funcionam como um nó indissociável (SAFFIOTI, 2004) que molda as experiências sociais das mulheres quilombolas do nosso estudo. Todas as violações de direitos vivenciadas pelas mulheres quilombolas e suas famílias, evidenciadas nos indicadores de vulnerabilidade social, econômicos e de saúde possuem uma dimensão estrutural. Nesse sentido, o racismo estrutural ou institucional constitui o “pano de fundo” das demais formas de violência. O racismo é uma expressão de uma violência estrutural que se materializa envolvendo, ao mesmo tempo, a base econômica na qual é organizado o modelo societário e sua sustentação ideológica, formada por um conjunto de ações que se produzem e se reproduzem na esfera da vida cotidiana (SILVA, 2004).

A base econômica, por meio do movimento de valorização do capital, produz a invisibilidade do trabalho e a banalização do humano, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e valores de uso (IAMAMOTO, 2007). Sendo assim, a lógica da acumulação capitalista potencializa e amplia processos de violência estrutural, isto é, uma forma de violência produzida e reproduzida no âmbito das relações entre capital e trabalho presentes na sociabilidade capitalista, no qual a mão de obra mais explorada é a mão de obra feminina negra. Os processos de reprodução do capital, as múltiplas formas de violência, as diversas manifestações da (in)segurança estão inscritas em um arcabouço cujos elementos estão reunidos em intensa inter-relação, sendo que cada um é internamente dinâmico, uma vez que se desenvolvem de modo aberto, dialeticamente (HARVEY, 2013).

A maior vulnerabilidade da mulher negra fica evidenciada ao compararmos os dados de feminicídio. O Mapa da Violência de 2015 revelou que houve um acréscimo de 54,2% no total de assassinatos desse grupo étnico, saltando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Aproximadamente mil mortes a mais em 10 anos. Em contraposição, houve decréscimo de 9,8% nos crimes envolvendo mulheres brancas, que caiu de 1.747 para 1.576 nesse mesmo período (WAISELFISZ, 2015).

Existem poucos estudos sobre violência com mulheres quilombolas no Brasil. Sequer consta nos dados do IBGE, o indicador referente à identidade quilombola, contribuindo para a invisibilidade deste segmento populacional. Um dos poucos estudos qualitativos, realizado com mulheres quilombolas de Alagoas (RISCADO, OLIVEIRA

E BRITO, 2010), financiado pelo Ministério da Saúde, revelou que um acentuado contingente de mulheres padece de violência doméstica em níveis físico, sexual, psicológico, patrimonial e moral. Quanto ao racismo, as mulheres quilombolas disseram ser vítimas de preconceito racial, com expressões de subestimação, humilhação na rua, na escola, em festas e em atendimento em postos de saúde. Evidenciou-se um grau alto de vulnerabilidade à infecção por DST/aids e outros agravos, pela ausência de uma política de saúde mais efetiva e de um trabalho educativo nessas comunidades. Os dados obtidos nesse estudo revelaram as precárias condições de vida, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, a falta de prática preventiva para as doenças sexualmente transmissíveis. Os pesquisadores recomendam a necessidade de uma intervenção efetiva e por parte dos organismos do Estado na área da educação, da saúde, visando à promoção da equidade, racial e de gênero e à saúde das mulheres quilombolas.

Compartilhamos a posição desses estudiosos quando afirmam que a invisibilidade do recorte racial/étnico na violência de gênero tem postergado a análise e a melhor compreensão das particularidades que o fenômeno pode adquirir quando relacionado especificamente às mulheres negras. (RISCADO et.al, 2010, p.98).

A Perspectiva da Interseccionalidade

Por interseccionalidades, adotamos o conceito de Kimberly Crenshaw, no sentido de que as opressões vivenciadas pelas mulheres quilombolas, como o racismo institucional não se somam, mas se entrecruzam em caminhos marcados por sofrimento, mas resistências. Segundo Crenshaw (apud Piscitelli, 2008, p.267), as interseccionalidades são formas de capturar as conseqüências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo e patriarcalismo. Essa noção de ‘interação’ entre formas de subordinação possibilitaria superar a noção de superposição de opressões. Por exemplo, a idéia de que uma mulher quilombola é duplamente oprimida, à opressão por ser mulher deve ser adicionada a opressão por ser negra.

A interseccionalidade trataria da “forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos”. Nesse sentido, as experiências sociais de mulheres quilombolas são mediatizadas por relações de gênero, raça/etnia, mas também geração. Mulheres mais jovens e aquelas mais idosas vivenciam singularidades nesse processo de construção de suas identidades. Nesse processo, existem confluências que constituem aspectos ativos do desempoderamento, mas

também possibilidades de resistência. A imagem que Crenshaw (2002) oferece é a de caminhos diversos, em cada um dos quais circula um desses eixos de opressão. Em certos lugares, esses caminhos se cruzam, e a mulher que se encontra no entrecruzamento tem que enfrentar simultaneamente os fluxos que confluem, oprimindo-a. Nesse artigo, pretendemos focar tanto nos processos que oprimem como nas estratégias de resistência utilizadas pelas mulheres nesse percurso para acessar seus direitos de cidadania. O conceito de opressão “se refere a todas as formas de controle que impedem o completo avanço e o preenchimento das metas de um indivíduo. Mais que isso, indivíduos experienciam diferentes formas de opressão de acordo com o seu lugar social” (GROSSI e AGUINSKY, 2001, p.25)

Metodologia

O estudo se desenvolve à luz da teoria crítica, é de natureza qualitativa, exploratória e vem trabalhando com a história oral temática para investigação sobre dados relativos às comunidades quilombolas e grupos focais para discussão de assuntos referentes ao acesso a políticas públicas no Estado do Rio Grande do Sul. As técnicas são procedimentos que permitem operacionalizar os métodos, através do uso de instrumentos apropriados, que podem ser desde o uso de entrevistas com roteiros elaborados. Compreende-se por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na realidade (MINAYO, 2008, p.14).

Trata-se de um estudo de enfoque misto a partir de entrevistas semiestruturadas que apresenta resultados parciais da pesquisa realizada nas comunidades quilombolas de 15 municípios (Bagé, Canguçu, Pedras Altas, Piratini, Mostardas, Pelotas, Restinga Seca, São Lourenço do Sul, Uruguaiana, Rio Grande, Portão, Formigueiro, Viamão, Gravataí e Porto Alegre) no período de março a setembro de 2018. Objetivou-se compreender as experiências sociais das comunidades quilombolas no âmbito das políticas públicas, considerando as relações étnico-raciais, de gênero, classe social e geração.

Sendo assim, a principal técnica utilizada tem sido o grupo focal e a história oral temática. De acordo com Meihy (1996, p.13) “a história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento, e estudos referentes à vida social das pessoas”. Entende-se que o uso dessa técnica permite um diálogo de maior intensidade com as entrevistadas. Além disso, essa técnica possibilita que se

complemente informações originadas de documentos e/ou que se evidencie o que ainda não foi efetivamente não foi documentado.

De fato, aproximar-se do povo remanescente de quilombo, ouvir suas histórias, suas lutas, suas conquistas e suas diversas necessidades é um processo de elucidação que “[..]nos faz refletir e ampliar nossa consciência de classe e necessidade de uma luta constante para a diminuição das desigualdades sociais perversas e ampliação da justiça social” (OLIVEIRA, 2018, p.8).

Para se analisar os dados da presente pesquisa, adota-se a análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (1977). O autor conceitua a análise de conteúdo como sendo:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Minayo (1998) explica que o termo significa mais do que um procedimento técnico, fazendo parte de uma histórica busca teórica e prática no campo das investigações sociais. Do ponto de vista operacional, complementa a autora, a análise de conteúdo parte de uma literatura de primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado: aquele que ultrapassa os significados manifestos. Em termos gerais, explica a autora, relaciona estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados. E ainda:

Articula a superfície dos textos descrita e analisada com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem. (MINAYO, 1998, p. 203)

Sabe-se que, na busca por atingir os significados manifestos e latentes no material qualitativo, tem-se desenvolvido diferentes técnicas de análise de conteúdo. Estudando as propostas de cada uma dessas modalidades, percebe-se que a que mais se adequa à presente pesquisa, e que servirá para a análise dos dados coletados, é a análise temática. Explica a autora que, fazer uma análise temática, consiste em

Encaminhar para a contagem de frequência das unidades de significação como definitórias do caráter do discurso. Ou, ao contrário, qualitativamente a presença de determinados temas denota os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no discurso. (MINAYO, 1998, p.209)

Esta pesquisa levará em conta a utilização do método dialético como orientador do processo de investigação e de análise, considerando as diversas perspectivas a que está submetida a discussão em pauta, de forma a apreender as dimensões e implicações ético-morais, técnicas e legais que envolvem o tema em estudo.

Resultados e discussões

A partir da pesquisa de campo, destacam-se alguns aspectos referentes a necessidade de monitoramento sistemático da implantação do Programa Brasil Quilombola, tendo como pano de fundo o racismo institucional vivenciado pelas comunidades quilombolas.

Dentro dessa perspectiva, de acordo com Werneck (2013), o racismo institucional provoca que inexistam ou existam de forma precária o acesso ao direito e a democracia. Isso fica mais evidente na narrativa referente à Política de Saúde da População Negra no município de Rio Grande, que versa nas dificuldades decorrentes das condições estruturais para a garantia do acesso ao serviço público que se configura como uma forma de exclusão:

[...] as principais dificuldades em fazer, em efetivar as políticas públicas para estas comunidades é a materialização do que já temos em política pública, quando partimos para as comunidades e começamos a trabalhar com o pessoal propriamente dito, nós não conseguimos dar continuidade às demandas apresentadas, isso é, em questão de horário, de material e coisas que precisaríamos para obter isto, falta local para se reunir e fazer com que eles frequentem, desta forma fica difícil de implementar qualquer política pública, se tu não tem materiais para trabalhar com elas. (Coordenadora da Saúde da População Negra, Rio Grande, 19/11/2018).

[...] o racismo institucional ele adoce, dentro da população negra tem várias doenças que são negligenciadas e tem sido prevalentes dentro da população negra, eu utilizo muito do diálogo e dentro do dialogo fica claro que dentro das comunidades, das pessoas em situação de rua, dos quilombolas e dos negros, em geral, deixam de consultar e aproveitar o espaço de atenção básica e evitar que a doença fique mais grave e piore porque elas sofreram ou sofrem racismo institucional. (Coordenadora da Saúde da População Negra, Rio Grande, 19/11/2018)

Em contrapartida, observa-se o como ocorre o processo de organização e participação das mulheres quilombolas presentes na narrativa a seguir:

Olha são as mulheres, aqui em Canguçu, pelos menos, dessas quinze comunidades que nós temos, indo pra dezesseis, são as mulheres que estão mais a frente, (...) e mesmo que a mulher não esteja na ponta, mas sempre é ela que tá movimentando, na organização! São as mulheres. (Mulher, liderança quilombola, 33 anos)

A partir de um levantamento que realizamos com 120 pessoas residentes nessas comunidades quilombolas que visitamos, constatou-se os seguintes resultados: 1% declaram-se parda, 5% declaram-se Branca, e 94% declaram-se Negros. Somente dois tinham curso superior. Entre as necessidades das comunidades quilombolas, a saúde tem se constituído em uma das principais demandas, pois quase todas as particularidades da atenção primária não estão sendo atendidas adequadamente nos municípios visitados. Além da saúde, o acesso à educação é dificultado pelas longas distancias até as escolas, principalmente nos municípios rurais. Alguns quilombos não dispõe de estradas pavimentadas, transporte precário e infreqüente, levando ao isolamento social.

O colégio mais perto aqui só tem até a quarta série, que fica a 4km daqui. Os outros são todos de 10km para cima. Agora mesmo, o meu guri vai para o primeiro grau, ele vai ter que andar mais ou menos uma média de 25km só para ir. A gente está brigando com a educação para colocar pelo menos até a 9º série aqui, porque se vai regionalizar e se até é por região, onde é que os alunos, as crianças daqui vão estudar depois? (mulher quilombola rural, Quilombo Alto do Caixão, Pelotas, 41 anos)

Estudo sobre mulheres e educação quilombola, desenvolvido nos municípios de Canguçu, Piratini, São Lourenço e Pelotas (SOUZA, ANTUNES e NUNES, 2013, p.382) identificou que a maioria das mulheres quilombolas não ultrapassou os anos iniciais de escolarização e, muitas delas, nunca chegaram a ingressar na escola por conta de diferentes motivos, entre eles, uma luta pela sobrevivência que as remete a intensivas formas de trabalho tanto no interior da própria comunidade como fora dela.

Outra questão relacionada à educação, indicativo de racismo institucional, é a não implementação da Lei Federal nº 10.639/2003 e das próprias diretrizes da educação quilombola, ficando evidenciado nas narrativas dos participantes do estudo, cujas trajetórias foram marcadas por processos excludentes. Além dos antepassados terem

sofrido com a escravidão, as gerações futuras vivenciam opressões ligadas ao território e ao não reconhecimento de sua identidade étnica e cultural.

Sim, mas a escola não é quilombola. E nem divulgam, querer eles nem querem muito, querer, eles querem é a verba (...) o município só trabalha com concursada, tem que passar no concurso, mas a gente tem uma professora que é quilombola mesmo e a prefeitura abre os concursos, mas não abre vagas para quilombolas, não tem a cota (mulher quilombola, 34 anos, Quilombo do Limoeiro).

Somados a isso, a conjuntura atual de especulação imobiliária tenta expulsá-los de seu local de origem. Uma mulher quilombola, de 41 anos, liderança na comunidade Chácara das Rosas, quilombo situado na região metropolitana de Porto Alegre, denuncia essa realidade:

Porque é responsabilidade do município enquanto ser patrimônio histórico, então existe esse descaso porque a gente está do lado de um shopping de seis hectares, o maior shopping do RS, então tem em descaso muito grande, nós temos uma escola aqui próxima que não implementa de jeito nenhum a lei, só mascara. Essa lei trata do ensino da obrigatoriedade da história e da cultura afro-brasileira e africana.(...) Então a gente vê que se choca, no momento que elas seguram a educação e seguram o crescimento e não dá a comunidade a necessidade do reparo e dos cuidados, aí a nossa comunidade decai, não tem como se manter na área, se fortalecer e se manter, e não dá oportunidade das pessoas de quererem mais, porque a educação é a porta do futuro, aí a nossas crianças tem que estar se deslocando, e aí tem uma invasão muito grande para o bairro vizinho, para outras escolas, sendo que tem uma escola a uma quadra daqui (mulher quilombola urbana, 41 anos, Chácara das Rosas).

Além do direito à educação, o que as comunidades quilombolas mais reivindicam é o direito à terra e sustentabilidade, pois isso implica acesso a políticas públicas intersetoriais na área da saúde, habitação, assistência social, trabalho, saneamento básico, entre outras. O acesso ao programa de transferência de renda, Bolsa Família, foi mencionado em uma das narrativas como um dos fatores potencializadores para o acesso das crianças à educação.

O bolsa família que fez as crianças estudarem e continuar, porque como as coisas aqui eram difíceis, as crianças ajudavam os pais em casa, agora com o bolsa família eles podem estudar, se não eles saíam do colégio para ajudar, que como a renda é pequena, as crianças maiores, com 12 e 13 anos já começavam a trabalhar (quilombola rural, 41 anos, Alto do Caixão).

Outra dificuldade narrada por uma liderança feminina quilombola de Porto Alegre é o não acesso à tarifa social de energia elétrica, constituindo-se em uma violação de direito. A narrativa demonstra a experiência que envolvia o cadastro único

para programas sociais e a tarifa social de energia elétrica (programa social do governo federal):

[...] a gente teve um caso agora pouco da luz daí o próprio desenvolvimento social econômico (MDS), venho aqui, fez aconteceu [...] deixaram de fazer o cadastro que é o CadÚnico, depois vem a AX com duzentos e pouco de luz, daí tivemos que ir na X [...] saiu encaminhando para o desenvolvimento social econômico marca uma agenda com o CRAS, nos cadastrar, chegando no desenvolvimento econômico, eles disseram que não era com nós. [...] dois meses teve uma equipe lá na comunidade, não fizeram nada”

Fica evidente as contradições existentes entre o que está previsto nas garantias constitucionais e a realidade vivenciada pelas mulheres quilombolas e suas famílias. Os relatos expostos aqui nesse artigo denunciam que “o discurso do respeito às diferenças ao ser, confrontado no cotidiano da implantação de alguns projetos técnicos, explicita os hiatos entre as demandas dos quilombolas e os projetos estatais e seus agentes públicos” (SANTOS, 2012, p. 127-129).

Entre as estratégias de resistência, podemos destacar a formação de associações nos quilombos para reivindicar acesso as políticas públicas, sendo que a mulher ocupa um papel central, mobilização em fóruns de políticas públicas, criação de um grupo de Whatsapp intitulado Fórum Quilombola para que as comunidades tenham acesso a eventos em diversas comunidades, seminários, legislações, oportunidades de bolsa de estudos, serviços e programas, entre outros. Artesanatos, acampamentos quilombolas, turismo rural quilombola, capacitações e formações em associativismo, assistência técnica rural (fornecidas pela EMATER) para fomentar o protagonismo das lideranças quilombolas são algumas das estratégias de resistência para mobilização coletiva para o enfrentamento das diversas expressões da desigualdade social vivenciadas por essas comunidades.

Conclusão

O estudo evidencia parte da realidade das mulheres quilombolas do Rio Grande do Sul, no qual se destaca as condições de vida precárias e o acesso as Políticas Públicas. Observa-se que as desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais acentuam os processos de vulnerabilidade social das famílias remanescentes de quilombos que são permeados pelo racismo institucionalizado no interior da sociedade

civil brasileira. Ao mesmo tempo, desenvolve-se o protagonismo desse segmento, por meio de mecanismo de resistência e representação da cultura quilombola.

Além disso, a identidade das mulheres quilombolas vai sendo forjada num contexto de violação de direitos, mas ressignificada, denotando luta e resistência. A valorização da ancestralidade e do território está presente nas narrativas, principalmente das mulheres mais idosas, guardiãs da cultura do povo. Conclui-se que a necessidade de afirmação da diversidade étnica e dos direitos territoriais resultam dos processos sociais de desigualdades e resistências nas dinâmicas societárias das famílias que residem em áreas de difícil acesso, que vivenciam inúmeras dificuldades no acesso aos direitos sociais e que sofrem com as mudanças estruturais face ao papel do capital na sua relação com a força de trabalho socialmente produzida.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições Lisboa, 1977.

COSTA, Eliane Silvia; SCARCELLI, Ianni Regia. Psicologia, política pública para a população quilombola e racismo. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 357-366, ago. 2016. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2009.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS (CONAQ). **Racismo e violência contra quilombos no Brasil**. Curitiba: Terra de Direitos, 2018. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/publicacao-racismo.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Ano 10. **Estudos Feministas**, 2002, p.171-188 <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>

GROSSI, Patricia Krieger e AGUINSKY, Beatriz. “Por uma nova ótica e uma nova ética na abordagem da violência contra as mulheres nas relações conjugais”. In: Patricia K. Grossi e Graziela Werba (orgs.) “**Violências e Gênero: Coisas que a Gente não Gostaria de Saber**”. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. São Paulo: Loyola, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Simone Barros. **Mulheres Quilombolas e o Acesso aos Direitos de Cidadania: Desafios para as Políticas Públicas**. Relatório de Pós-Doutorado em Serviço Social, PUCRS: Porto Alegre, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996. 78p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (Coleção temas sociais).

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 5º Edição. Hucitec-Abrasco: São Paulo-Rio de Janeiro, 1998.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274.

RISCADO, Jorge Luís de Souza, OLIVEIRA, Maria A. Batista, BRITO, Ângela M. Benedita Bahia. **Vivenciando o Racismo e a Violência**: um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/aids em comunidades remanescentes de Quilombos, em Alagoas. *Saúde Soc. São Paulo*, v.19, supl.2, p.96-108, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Simone Ritta dos. **Comunidades quilombolas**: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira. 2012, Tese (Doutorado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/505/1/437321.pdf>>.

SILVA, José Fernando S. da. O método em Marx e o estudo da violência estrutural. **Revista Serviço Social e Realidade**, v. 13, n. 2, Franca/SP, 2004.

SOUZA, C. L. F.; ANTUNES, L. B.; NUNES, G. H. N. Mulheres Quilombolas e Educação. **Identidade!** | São Leopoldo | v.18 n. 3, ed. esp. | p. 382-386 | dez. 2013 | ISSN 2178-0437X Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/identidade> Acesso em 13 de maio de 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. FLACSO. Brasília, DF, 1ª edição, 2015. Disponível em www.mapadaviolencia.org.br Acesso em 30/09/2018.

WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional: uma abordagem conceitual**. Trama Design, 2013. Disponível em:<<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2018

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

Recebido em setembro de 2019.

Aprovado em outubro de 2019.